

LIVROS RECENTES E DEBATES CONTEMPORÂNEOS*

Comentário Crítico pelo Editor

US Foreign Policy Towards the Middle East: The Realpolitik of Deceit

Bernd Kaussler, Glenn P. Hastedt
Routledge, 28 Fevereiro 2017
198 pp.

Sucata a um Alto Preço: Como o Estado Islâmico e a Guerra na Síria Levaram ao Acordo Nuclear com o Irão

Nos últimos quinze anos, com o cenário aberto pelos ataques de 11 de Setembro, um vasto volume de publicações tende, maioritariamente, a coincidir na visão do fracasso da política externa das administrações George Bush e Barack Obama para o Médio Oriente. Em relação ao governo Bush, o criticismo é tipicamente caracterizado por acusações de militarismo e fraude acerca das armas de destruição massiva do governo Saddam Hussein, como pretexto para a invasão do Iraque e em detrimento dos valores democráticos americanos. Segundo essa narrativa, os Estados Unidos invadiram o Afeganistão dos Taliban para impedir o país de se tornar, outra vez,

* Ensaios de revisão acerca de livros publicados durante o mesmo semestre, ou no final do semestre anterior da edição de cada número de *Interações*.

refúgio para a al-Qaeda e uma base para ataques terroristas, mas, em contraste, a invasão do Iraque teria sido uma mudança de rumo, substituindo o combate legítimo ao terrorismo por aventuras militares ilegítimas e predatórias. No caso do governo Obama, a crítica habitual é a de paralisia estratégica, porque, segundo essa opinião, ao contrário do argumento de que o Presidente Obama terminou com a supostamente enganosa ‘guerra ao terror’ que a administração Bush tinha montado, a retirada militar do Iraque e Afeganistão se consubstanciou, nessa perspectiva, como uma pura retirada do poder americano da região muçulmana. A ênfase aqui é colocada na controversa determinação de se manter fora do conflito sírio, e no facto de que o isolacionismo do governo Obama favoreceu a intromissão do regime Putin da Rússia na guerra civil da Síria, em apoio ao regime Assad, fazendo do poder autoritário russo um ator geopolítico no Médio Oriente.

O livro de Bernd Kaussler e Glenn P. Hastedt, ambos professores da Universidade James Madison, na Virgínia, procura abrir uma via própria, no contexto do criticismo dominante, considerando que toda a política externa americana para o Médio Oriente tem sido conduzida como uma ‘realpolitik do engano’. O conceito de realpolitik refere, habitualmente, um procedimento de política externa que é mais dirigida pelo pragmatismo do que pela salvaguarda de objetivos maiores, em termos estratégicos ou ideológico. Assim, os autores procuram estabelecer que a ideia de engano, tão tipicamente utilizada em relação ao governo Bush, vale também como caracterização do governo Obama, cujo discurso anti-militarista, na verdade, não consegue esconder o facto de que contração do envolvimento americano na área muçulmana não é mais do que uma estratégia sem estratégia.

A questão é que, em ambos os casos, Iraque e Afeganistão, a retirada americana não significou a resolução dos imperativos que definiram a intervenção militar americana, em termos do desenvolvimento de um sistema abrangente de segurança estratégica na região. No Afeganistão, os Taliban começaram a reassumir o controle de muitas áreas, em larga medida com o apoio do Paquistão, uma vez que o regime paquistanês, oficialmente aliado dos Estados Unidos, mas um campeão do jogo duplo com os Taliban e a al-Qaeda – não apenas apoiando os Taliban afegãos, mas usando o seu próprio território e os seus próprios Taliban da cintura Pashtun paquistanesa para ataques contra as tropas americanas e da NATO – procuram agora aproveitar a retirada americana e da NATO para retomarem a ambição de fazer do Afeganistão um anexo do Paquistão, no campo da rivalidade paquistanesa com a Índia. No caso do Iraque, o principal resultado da invasão americana foi colocar no

poder um regime xiita que se tornou um satélite do Irão, o arqui-inimigo americano. Na Síria, a brutalidade do regime contra a população, combinando ataques aéreos, chacinas levadas a cabo por milícias pró-governo e a política de vencer a resistência nas cidades pela fome dependeu, em qualquer caso, da assistência dos iranianos e do Hezbollah libanês.

Por outro lado, ao proporem um denominador comum para as aparentemente divergentes políticas externas dos governos Bush e Obama, Bernd Kaussler e Glenn P. Hastedt procuram também não endossar uma discussão paralela que ganhou forma com o acordo nuclear com o regime do Irão, finalizado em Julho de 2015, em troca do levantamento de sanções económicas e apoiado num sistema de inspeções e monitoramento. Os setores liberais e, em geral, o establishment Democrata, defenderam veementemente o acordo, em apoio à Casa Branca, com o slogan de que o pacto com os iranianos representou a vitória da diplomacia sobre o militarismo, uma vez que, conseguindo o desmantelamento do programa nuclear de Teerão, retirou-se argumentos, segundo essa perspetiva, aos defensores de uma resposta militar para destruir as instalações nucleares iranianas. E, de igual modo, o acordo teria afastado o risco da escalada nuclear, na região, conforme, em particular, a monarquias do Golfo poderiam lançar os seus próprios programas nucleares para contrabalançarem o Irão. Por seu lado, os detratores do acordo nuclear, representados, na esfera doméstica americana, pelos setores Republicanos e, no campo internacional, em particular pelo governo de Israel, afirmam que o acordo apenas veio desbloquear recursos financeiros e políticos para os iraquianos continuarem, por outros meios mais clandestinos e pouco monitorados, o seu propósito de criar a bomba.

Na verdade, Kaussler e Hastedt incluem o acordo com o Irão como mais um componente do que designam como a *realpolitik* do engano, porque trata-se sobretudo de passar a impressão de que uma ameaça fundamental contra a segurança mundial foi resolvida, em relação à galopante deterioração geopolítica do Médio Oriente, com a convergência entre a guerra na Síria e a expansão do Estado Islâmico, que ocupou parte do território do Iraque e da Síria, e a concomitante guerra civil no Iêmen que constitui, de facto, uma guerra por procuração entre o Irão e a Arábia Saudita, conforme o regime iraniano procura desestabilizar o quintal saudita. O problema, no entanto, na minha leitura, é que, ao mesmo tempo que os autores pretendem escapar da rua sem saída do criticismo atual sobre a política externa americana para o Médio Oriente, atolado entre a detração de Bush e a depreciação de Obama, repetem, por

outro lado, a incipiência analítica característica das discussões hoje que enfatizam o caminho quebrado em que o poder americano se encontra, em relação às ameaças estratégicas com origem na área muçulmana, mas não avançam explicações substantivas sobre a natureza dos problemas e forças que conduziram à situação. A questão do Irão é particularmente expressiva. Mesmo os detratores do regime iraniano não dão a atenção merecida ao facto de que o acordo nuclear se deveu, em grande medida, à contingência de que a guerra na Síria e ao avanço do Estado Islâmico foram um desastre para os interesses iranianos.

No Iraque, as políticas sectárias do governo xiita, largamente controlado pelo Irão, inflamaram o ressentimento das áreas sunitas que se viraram para os extremistas do Estado Islâmico, ou Estado Islâmico do Iraque e Levante. Conforme o exército iraquiano debandou vergonhosamente diante do avanço da guerrilha jihadista, o Estado Islâmico ocupou, pelo menos, um terço do território do Iraque, incluindo Mossul, a segunda maior cidade iraquiana com mais de um milhão de pessoas. Num piscar de olhos, o governo do Iraque perdeu milhares de quilómetros quadrados que, poucos anos antes, durante a guerra do Iraque, muitos soldados americanos morreram, para retirar essas mesmas áreas do controle de insurgentes do regime Bath deposto e terroristas da designada al-Qaeda no Iraque. O que isto tornou claro, portanto, é que, depois de tudo, o Iraque não possuía um exército digno desse nome. Uma conhecida litania refere que a insegurança no Iraque é, em última instância, o resultado da decisão americana, depois da invasão do Iraque, de dissolver o exército iraquiano. Contudo, de igual modo, um significativo esforço e uma gigantesca pilha de dólares foi gasta para formar, atualizar e treinar as forças de segurança iraquianas. A questão, na minha leitura, é que este esforço foi, em larga medida, obliterado, com a retirada das tropas americanas, sobretudo como resultado da influência do Irão que quer um Iraque fraco e desarmado que não seja nunca mais capaz de confrontar o Irão, outra vez, como fez Saddam Hussein, na longa e mortífera guerra Irão-Iraque, entre Setembro de 1980 e Agosto de 1988. Se os americanos aboliram o exército iraquiano, como resultado da invasão, os iranianos aboliram, por outras formas, as mesmas forças iraquianas que os americanos reconstruíram, como meio de domesticar inteiramente o Iraque aos objetivos de Teerão. Mas o tiro fez ricochete contra os iranianos, porque a flagrante fraqueza da defesa iraquiana abriu as portas ao Estado Islâmico.

Na verdade, o Estado Islâmico é uma extração da al-Qaeda no Iraque, fundado militantes deste grupo que tinham sido presos pelos americanos e acabaram por ser

soltos ou, de alguma forma, escaparam e viram uma oportunidade para o grupo na guerra civil da Síria. Atravessando para a Síria, levaram ao paroxismo as práticas aberrantes de violência que eram a imagem de marca de Abu Musab al-Zarkawi, o líder e fundador da al-Qaeda no Iraque, morto num raid aéreo americano em Junho de 2006, e roubaram a cena, em relação a outras organizações jihadistas no conflito sírio. O nome 'Estado Islâmico' é, de facto, a divisa de um estado fantasma sem estado e sem nação, em acordo com a fantasmagoria da morte que espalham. Assim, a ideia de 'califado' com a qual a organização se anuncia a si própria é baseada, em particular, na ficção da rutura de fronteiras estabelecidas pelas potências coloniais europeias no Médio Oriente; ficção, curiosamente, que muitos analistas ocidentais irresponsáveis endossaram, nas suas falsas explicações sobre o significado deste grupo. O que de facto acontece, na minha leitura, é que este agrupamento extremista foi capaz de juntar bocados de dois estados falhados contíguos, Síria e Iraque, por causa da ruína, em que, embora por razões diferentes, as entidades síria e iraquiana se encontram.

Neste ponto, repare-se que, na verdade, o Estado Islâmico concorre com o regime do Irão, porque ambos pretendem explorar a dissolução de fronteiras, a partir do controle, no caso iraniano, de decadentes regimes pró-iranianos, patrocinando a manipulável liderança xiita do Iraque e o condenado governo alwaita da Síria, um ramo do islão xiita. A ironia, assim, é que a ascensão do Estado Islâmico foi impulsionada pela destruição do tecido geopolítico do Médio Oriente que deve muito à política externa do Irão, a começar, como referi, pela aniquilação prática das forças de segurança do Iraque. E isto conduz à verdadeira razão que fez o regime do Irão se interessar pelo acordo nuclear.

É importante ter em atenção que, mesmo considerando que as sanções, impedindo o acesso do regime iraniano aos dividendos do petróleo, foram uma das causas da séria recessão económica no Irão, a realidade é que a pressão económica por si própria não teria forçado a liderança iraniana a desistir do seu propósito de alcançar capacidade nuclear, se o cenário geopolítico do Médio Oriente não tivesse mudado tão dramaticamente contra a posição do Irão. Neste sentido, não foi por acaso que as negociações que conduziram ao acordo começaram no fim de 2013, quando o colapso sírio atingiu um ponto, onde não havia mais dúvida que o regime de Bashar al-Assad não tinha condições de inverter o jogo e regressar ao modo como as coisas eram antes. Da mesma forma, era claro que o próprio Irão não tinha competência militar, nem para mudar a situação na Síria a favor do governo, nem para organizar

as forças iraquianas para a derrota do Estado Islâmico. Com este cenário, o estatuto nuclear não garantia mais aquilo que os iranianos pretendiam retirar da bomba. Para compreender isto, é necessário compreender qual o interesse de um regime como Irão em armas nucleares.

O poder nuclear serve caracteristicamente como um dissuasor. Uma das explicações espúrias que os iranianos dão para o seu objetivo de adquirir armamento nuclear é o Irão poder escudar-se contra a possibilidade de um ataque deste tipo, por parte dos Estados Unidos e Israel. Contudo, a falsa teocracia iraniana armada com dispositivos nucleares não se restringiria a uma dissuasão convencional. Para o Irão, proliferação, isto é, mais armas nucleares, significa mais terrorismo, dado o persistente apadrinhamento de organizações terroristas, como instrumento da política externa iraniana no Médio Oriente, desde a Revolução Islâmica de 1979. Isto, porém, não no sentido em que o Irão iria armar o Hezbollah ou Hamas com equipamento nuclear, mas o poder nuclear é um meio de fazer crescer a ascendência iraniana sobre terroristas e aliados que, de facto, nunca conseguiu dominar como meras correias de transmissão dos seus interesses, na forma como acontece hoje com o a liderança xiita no Iraque. Por isso, as aspirações nucleares do Irão pareceram representar, num determinado momento, também um objeto de preocupação para o regime Assad, porque a perspectiva de o Irão se tornar, depois de Israel, a outra potência nuclear no Médio Oriente, o papel da Síria seria reduzido a fornecer serviços políticos ao Irão. Esta possibilidade explica, em parte, que o governo sírio tenha tentado construir um reator nuclear, com a assistência da Coreia do Norte, na região leste da Síria, instalação destruída por um ataque aéreo israelita, em 6 de Setembro de 2007.

Neste contexto, é também fundamentalmente importante compreender que a persistente quimera do regime do Irão em estabelecer a influência, senão a égide, iraniana no Médio Oriente maioritariamente sunita tem sido investida, em larga medida, na tentativa de influenciar os conflitos do Próximo Oriente, ou o Levante. Mais uma vez, ‘Iraque e Levante’, na designação do agrupamento dos extremistas do Estado Islâmico, recobre a mesma área de interesse geopolítico do regime extremista iraniano. O apoio ao Hezbollah e a outros grupos radicais xiitas libaneses, desde a guerra civil do Líbano iniciada em 1975 – que se prolongou, intermitentemente, até 1990, na verdade um conflito internacionalizado que envolveu as diversas forças da região, inclusive Israel – e o apoio ao Hamas na Faixa de Gaza, são instrumentais no modo como o Irão procura ganhar posição e terreno no conflito com Israel. Isto no sentido em que a derrota de Israel é considerada pelos iranianos, como tinha

acontecido com o movimento pan-árabe, durante a era das guerras israelo-árabes, a qualificação necessária para quem pretende a liderança do Médio Oriente. O conflito da Síria é um nó dos conflitos da região, como tinha sido a guerra civil do Líbano. De facto, durante quarenta anos, o Irão e a Síria tiraram vantagem do colapso do Líbano, mas agora é o colapso da Síria que colocou a Síria e o Irão em xeque-mate. De igual modo, esta é a primeira vez que o Hezbollah se encontra na defensiva, tendo de enviar milhares de militantes para apoiar as forças do regime sírio, numa situação em que, com o alastramento do Estado Islâmico, a Síria e o Iraque colapsaram um no outro.

O que eu tenho tentado demonstrar é que o poder nuclear para o Irão era uma forma de virar a seu favor o xadrez político do Levante. Mas, com a guerra na Síria e o Estado Islâmico no Iraque, as centrifugadoras, e todo o resto que poderia permitir ao Irão fabricar a bomba, tornaram-se sucata, em termos de capital geopolítico usável. Deste modo, com o acordo nuclear, o Irão conseguiu vender a sucata a um preço muito bom, em troca do levantamento das sanções. É claro que ninguém foi enganado pelos iranianos. O consórcio de negociadores formado por John Kerry, o chefe da delegação americana, os restantes representantes do P5+1 (os cinco membros do Conselho de Segurança da ONU mais a Alemanha) e a União Europeia sabiam bem que estavam apenas a comprar sucata.

A narrativa oficial refere que os termos do acordo impedem o Irão de produzir urânio altamente enriquecido capaz de produzir uma bomba nuclear, durante dez anos, significando que, pelo menos durante uma década, o problema da nuclearização do Irão é removido da lista curta dos problemas do Médio Oriente. Os críticos do acordo enfatizam, porém, que, com a marcada volatilidade da região, o Irão pode retomar furtivamente o caminho para a bomba, sem aviso. Na verdade, parece mais produtivo considerar que o futuro da questão nuclear iraniana e da própria posição do Irão no Médio Oriente é hoje largamente definido pelas consequências da entrada da Rússia no Médio Oriente. É reconhecido que o papel do regime Putin se deve muito menos à capacidade estratégica do poder russo do que a um parasitismo oportuno, propiciado pelo vazio estratégico criado na era Obama. Atualmente, a iminente derrota do Estado Islâmico, com o avanço para a tomada de Mossul e, a seguir, a tomada de Raqqa, a sede do Estado Islâmico na Síria, tem como contrapartida o facto de que, mesmo que a Síria seja fragmentada por diferentes poderes com base territorial, a manutenção do governo Assad em Damasco como um cliente da Rússia, com a sua própria fração do antigo território sírio, é crucial para a continuidade

da presença russa. O meu argumento é se é evidente que a Rússia retirou já ao Irão o papel de principal aliado do regime sírio, é também imperativo que a Rússia, como o parasita que já tomou conta do corpo, não vai permitir aventuras do Irão à sua custa, em particular, com o regresso do programa nuclear iraniano.

Neste sentido, a diferença do poder russo, em relação ao poder americano, é que os americanos, desde o fim da Guerra Fria, deram sucessivamente ao regime do Irão tudo o que o regime mais queria. Em primeiro lugar, livraram o Irão de Saddam Hussein, com a Guerra do Golfo de 1991 e a libertação do Kuwait, a partir de quando, com a política de contenção do Iraque, Saddam Hussein não teve mais condições de levar a guerra aos vizinhos. Depois, como referi, a principal consequência da invasão do Iraque e a mudança de regime iraquiano foi entregar o próprio Iraque ao Irão. E com o acordo nuclear, os americanos permitiram à liderança iraniana posar de poder decoroso, alegando que o Irão regressa como um membro legítimo da comunidade internacional. Agora, o avanço na retomada do território iraquiano ao Estado Islâmico dependeu, em larga medida, do apoio militar e logístico americano, resgatando o Iraque para o governo xiita de Bagdade subsidiário de Teerão. O problema é que Putin, o parasita que não dá coisa alguma a ninguém, representa agora a verdadeira força de pressão sobre os iranianos que os americanos nunca representaram. Consequentemente, um desafio importante, na política externa americana, no governo Donald Trump, é saber se, depois que Obama deixou os russos entrarem, Trump conseguirá fazer os russos saírem do Médio Oriente. Mas se o conseguir, continuará também a história dos serviços prestados por Washington aos iranianos.